OBSERVATÓRIO NACIONAL
luta contra a pobreza

UMA INICIATIVA EAPN PORTUGAL

OUTUBRO 2022

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL

RELATÓRIO 2022

OBSERVATÓRIO NACIONAL
luta contra a pobreza

UMA INICIATIVA EAPN PORTUGAL

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL

RELATÓRIO 2022

ÍNDICE

	PÁG.
Sumário Executivo	2
Pobreza e Exclusão Social em Portugal: Relatório 2022	9
O impacto da pandemia na pobreza ou exclusão social em Portugal: dados ICOR/EU-SILC2021	11
Risco de pobreza ou exclusão social em Portugal: os grupos mais vulneráveis	17
As dimensões da pobreza ou exclusão social: risco de pobreza monetária, intensidade laboral muito reduzida e privação material e social severa	26
Risco de pobreza ou exclusão social: análise dos territórios nacionais	32
Trabalhadores pobres: a insustentável vulnerabilidade dos trabalhadores	36
Caracterização da população em risco de pobreza	39
Privação material e social em 2021: alertas sobre a evolução da vulnerabilidade em 2022	43
Notas finais	48
Referências bibliográficas	50

SUMÁRIO EXECUTIVO

Os dados do risco de pobreza ou exclusão social de 2021 analisados neste relatório conjugam os dados de três indicadores do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR_INE/EU-SILC Eurostat 2021) e espelham o impacto de dois anos de pandemia nas condições de vida da população em Portugal. Os dados do risco de pobreza monetária e das pessoas em agregados com intensidade laboral muito reduzida reportam a 2020, o primeiro ano da crise pandémica, enquanto os da privação material e social severa reportam ao ano de 2021, o segundo ano de pandemia. A conjugação destes três indicadores resulta na taxa de risco de pobreza ou exclusão social que reporta a 2021.

O impacto da pandemia nas condições de vida e rendimento da população em Portugal foi muito forte. A população em risco de pobreza ou exclusão social aumentou em 12% face ao inquérito anterior, o que corresponde a mais 256 mil pessoas. Se olharmos para a União Europeia dos 27 Estados-membros (UE27), também a vivenciar os impactos da pandemia, verificamos que apenas a Eslováquia teve um aumento do risco de pobreza ou exclusão social superior ao registado em território nacional. Com 22.4% da população em risco de pobreza ou exclusão social, Portugal passou a ser o 8º país da UE27 com maior proporção da população a viver este tipo de vulnerabilidade social e económica.

Os resultados deste inquérito demonstram igualmente um **elevado aumento das desigualdades em Portugal** que se traduziu num aumento de 5.8% no coeficiente de Gini e de 13% no indicador S80/S20, que compara os rendimentos de 20% com rendimentos mais baixos e 20% com rendimentos mais elevados. Não sendo apresentados os dados da Eslováquia para estes indicadores, **Portugal apresenta-se como o Estado-membro com maior aumento dos níveis de desigualdades de rendimento face ao inquérito anterior.**

Risco de pobreza ou exclusão social em 2021 e as suas dimensões

O aumento da vulnerabilidade regista-se em todos os indicadores analisados (pobreza monetária, intensidade laboral e privação material e social severa), ainda que com uma intensidade distinta entre diferentes grupos. Porém, tal não implicou uma alteração significativa do perfil da população em risco de pobreza ou exclusão social, permanecendo semelhante ao de outros anos. **Assim, em 2021 encontrava-se em risco de pobreza ou exclusão social os seguintes grupos:**

- as mulheres (23.5%) comparativamente com os homens (21.2%);

- a população com 65 anos ou mais (24%) e em particular a população com 75 anos ou mais (26.7%)

- os agregados familiares constituídos por um adulto com crianças dependentes (38.2%), por dois adultos com três ou mais crianças dependentes (33.2%) e um adulto isolado com 65 anos ou mais (32.5%) comparativamente com as famílias compostas por dois adultos com duas (13.1%) ou com apenas uma (15.1%) criança dependente ou as famílias de três ou mais adultos sem crianças dependentes (16.3%);

- as pessoas que se encontram fora do mercado de trabalho (33%), com destaque para os desempregados (60.4%) comparativamente com as que estão em emprego (13.4%);

- as pessoas com níveis de escolaridade até ao ensino básico (30.4%) comparativamente com as que têm ensino superior (8.7%);

- os estrangeiros extracomunitários (37.4%) comparativamente com a população portuguesa (22.1%);

- os arrendatários a preço reduzido ou gratuito (34.1%) ou a preço de mercado (30.9%) comparativamente com os proprietários sem hipoteca/crédito habitação (24.1%) ou com hipoteca / crédito (14.7%);

- a população das zonas pouco povoadas (29.9%) comparativamente com a população das áreas densamente povoadas (19.6%).

Importa também destacar a vulnerabilização da **população com 65 ou mais anos** neste último inquérito. Ao contrário dos inquéritos anteriores em que se destacava o risco de pobreza ou exclusão social das crianças, em 2021 são os idosos que apresentam maior risco. A pobreza monetária aumentou nesta população sénior, mas é ao nível da privação material e social severa que a vulnerabilidade da população com 65 anos ou mais se destaca face aos restantes grupos etários. Em 2021, **7.9% dos idosos estavam em privação material e social severa, comparativamente com 5.6% dos adultos entre 18 e 64 anos e 4.9% das crianças até aos 18 anos.** Verifica-se com a pandemia um distanciamento dos idosos face aos outros grupos etários que não existia até 2019. **Entre 2019 e 2021 a privação material e social severa entre a população sénior aumentou 33%, ao passo que este aumento foi de apenas 2% na população dos 18 aos 64 anos e verificou-se uma redução desta privação entre as crianças (-16%).** A esta privação material e social severa dos idosos juntam-se outros impactos da pandemia

causados não tanto pelos constrangimentos financeiros dos agregados, mas pela necessidade de redução do contágio do Sars-Cov-21 neste grupo particularmente vulnerável ao vírus. A pandemia veio agravar o isolamento social nesta faixa etária. **Os dados cedidos pela GNR e da PSP apontam-nos para a existência de 45,7 mil idosos sinalizados em 2021 devido a situações de isolamento, fragilidade social, vulnerabilidade física e psíquica, entre outros.**

Destaca-se também **o aumento do risco de pobreza ou exclusão social entre a população estrangeira que passou de uma taxa de 18.9% em 2020 para 35% em 2021.** O aumento desta vulnerabilidade foi muito elevado entre os estrangeiros extracomunitários (+80% face a 2020), mas foi ainda maior entre os estrageiros provenientes de outros Estados-membros (+111%). Consequentemente, aumenta-se a distância entre os estrangeiros e a população nacional. Em 2020 o risco de pobreza dos estrangeiros extracomunitários era 1.06 vezes mais elevado do que dos nacionais. Em 2021 essa distância foi de 1.69. No entanto, uma quebra de série dos dados disponibilizados em 2021 não nos permite aferir em que medida este aumento resulta desta quebra de série ou do contexto pandémico vivenciado nestes dois anos.

Esta pandemia também veio **reduzir a distância do risco de pobreza ou exclusão social entre a população com menores e maiores níveis de escolaridade.** Mas é entre a população mais jovem, nomeadamente dos 18 aos 24 anos, que assistimos uma maior aproximação do risco de pobreza ou exclusão social entre diferentes níveis de qualificação. **Se em 2020 os jovens com ensino básico tinham um risco de pobreza ou exclusão social 3.5 vezes superior ao dos jovens com ensino superior, em 2021 esta diferença reduz-se para 1.7. Em causa está o forte aumento desta taxa entre os jovens com ensino superior que passou de 8.5% em 2020 para 18.8% em 2021.**

O impacto deste contexto pandêmico foi também importante entre a **população em trabalho**. Apesar de inferior à população sem emprego, **o risco de pobreza ou exclusão social aumentou quase 18% na população em emprego** - 21% se considerarmos a população trabalhadora por conta de outrem (TCO)-, **comparativamente com um aumento de 12% na população sem emprego.** Tal não parece ter ocorrido devido a um aumento do desemprego ou da inatividade dentro do agregado familiar, uma vez que a intensidade laboral per capita muito reduzida permaneceu com o valor de 0.1% para a população empregada por conta de outrem, tal como verificado no ano anterior. É, no entanto, ao nível da pobreza monetária que encontramos um importante aumento da vulnerabilidade dos trabalhadores. Neste contexto pandémico marcado pelo aumento das desigualdades de rendimentos, assistimos em 2021 (rendimentos de 2020) a um aumento do rendimento médio e mediano dos TCO, em simultâneo com um agravamento não só da proporção de trabalhadores pobres, mas também da proporção de trabalhadores com rendimentos muito baixos. **Cerca de 2.5% dos TCO tinham um rendimento por adulto equivalente inferior a cerca de 370€** (776€ mensais quando considerado um agregado com dois adultos e duas crianças), **mais 47% do que no inquérito anterior.**

O risco de pobreza aumentou 24% face ao ano anterior junto dos TCO e 5% entre os trabalhadores por conta própria. Tal impacto, porém, não deve ser percebido como uma inevitabilidade. Para a média da UE27 o risco de pobreza monetária (18 anos ou mais) manteve-se inalterado para os TCO entre 2019 e 2020, sendo que 15 países assistiram a uma redução da pobreza monetária neste grupo. **Portugal foi, na realidade, o Estado-membro com maior variação anual do risco de pobreza entre TCO.**

Olhando especificamente para a população em trabalho encontramos uma maior vulnerabilidade à pobreza monetária nos seguintes grupos:

- **trabalhadores entre os 55 e os 64 anos** (13.9%). Esta taxa é 1.4 vezes superior ao risco de pobreza dos trabalhadores até aos 24 anos (9.7%)

- **trabalhadores que possuem no máximo o ensino básico completo** (18.3%), cujo risco de pobreza é 4 vezes superior aos trabalhadores com ensino superior (4.5%)

- **trabalhadores com crianças dependentes** (13.3%) comparativamente com os que vivem em agregados sem crianças dependentes (8.9%). **Destaca-se em particular os trabalhadores em agregados com apenas um adulto e crianças dependentes** (19.5%).

- **trabalhadores com contrato de trabalho temporário** (12.6%) comparativamente com os trabalhadores com contrato de trabalho permanente (7.9%)

- **trabalhadores que não estiveram inseridos no mercado de trabalho durante todo o ano** (16.4%) comparativamente com os que trabalharam os 12 meses (11%)

- **trabalhadores a tempo parcial** (26%) comparativamente com trabalhadores a tempo inteiro (10.5%)

- **trabalhadores estrangeiros** (17.7%), **em particular os trabalhadores extracomunitários** (18.7%), apresentam risco de pobreza superior ao dos trabalhadores nacionais (11.1%)

Cerca de 82% da população em risco de pobreza ou exclusão social estava em risco de pobreza monetária, 26% em situação de privação material e social severa e 18% vivia em agregados com intensidade laboral muito reduzida. Sublinhe-se que **81 mil pessoas acumulavam as três situações de vulnerabilidade, estando simultaneamente em risco de pobreza monetária, em privação material e social severa e em agregados com intensidade laboral muito reduzida.** O perfil de vulnerabilidade não se altera

significativamente quando olhamos especificamente para a pobreza monetária, para a intensidade laboral muito reduzida ou para a privação material severa. No entanto, esta comparação é limitada pelos grupos etários abrangidos em cada indicador (no caso da intensidade laboral analisa-se apenas a população até aos 64 anos) e pelos dados disponibilizados até ao momento (na privação material e social severa apenas foi possível uma caracterização com base no género e no grupo etário).

Ao nível dos **territórios**, **encontramos um maior risco de pobreza ou exclusão social na RAM** (28.9%). Pela primeira vez desde 2018, quando foram recolhidos os primeiros dados para este nível de desagregação, a RAM apresenta-se como o território com maior nível de vulnerabilidade, ultrapassando os valores da RAA (27.7%). **No território continental é na Região Norte que encontramos a maior nível de vulnerabilidade desse indicador** (25.8%), valor próximo do registado no Algarve (25.4%), território que entre 2018 e 2020 apresentava a maior taxa em Portugal continental.

A evolução do risco de pobreza ou exclusão social tem, em 2021, sentidos opostos nas regiões autónomas e em Portugal continental, com uma redução da vulnerabilidade regiões autónomas e um aumento nas regiões do território continental. Há consequentemente uma maior aproximação dos resultados das regiões insulares com regiões continentais, sobretudo com a Região Norte e o Algarve.

Os **limiares de pobreza regionais** permitem conhecer um risco de pobreza ajustado ao rendimento mediano de cada território. Considerando esse limiar regional, a AML partilha com a Região Norte a maior taxa de risco de pobreza: 19.1%. O Alentejo, por outro lado, é, deste ponto de análise, o território com menor risco de pobreza monetária. As regiões autónomas têm também uma importante redução do risco de pobreza deixando de ser os territórios com maior vulnerabilidade.

Quem são as pessoas em risco de pobreza em Portugal?

Em 2021 viviam em Portugal 2 312 mil pessoas em risco de pobreza ou exclusão social. Desta população, 1 893 mil pessoas tiveram, em 2020, um rendimento disponível por adulto equivalente inferior a 554,42€/mês e cerca de 775 mil pessoas viviam com um rendimento mensal inferior a 369.67€. Ou seja, cerca de 82% da população em risco de pobreza ou exclusão social estava em risco de pobreza monetária e 41% da população em risco de pobreza extrema (limiar de 40%), respetivamente. Note-se ainda a existência de 776 mil pessoas que viviam acima do limiar de pobreza, mas com uma proximidade perigosa a este risco, nomeadamente com um rendimento disponível inferior a 646.83€ mensais por adulto equivalente. Saber que mais de ¼ da população estava em risco de pobreza monetária no inquérito de 2021 quando considerado o limiar de risco de pobreza de 70% do rendimento mediano alerta-nos para a fragilidade da população portuguesa perante o atual contexto.

Do inquérito de 2021 sobressai a seguinte caracterização da população abaixo do limiar de pobreza:

- 55% são mulheres;
- 57% têm entre 18 e 64 anos, 25% têm 65 anos ou mais e 18% são crianças;
- 47.5% da população dos 18 aos 64 anos estava inserida no mercado de trabalho, sendo que 1/3 era composta por TCO. Na população com 18 ou mais anos inserida no mercado de trabalho, 90.2% trabalhava a tempo inteiro;
- 25.1% da população dos 18 aos 64 anos era composta por "outros inativos" e 24.4% estava desempregada;
- 65% vivem em agregados sem crianças dependentes, sendo que aproximadamente 32% vivem em agregados compostos por apenas um adulto; 22% eram idosos a viverem sozinhos e 24% mulheres a viverem sozinhas;
- Ao nível dos agregados com crianças dependentes, destaca-se as famílias monoparentais (9%); agregados com dois adultos e uma criança dependente (8%) e agregados com três ou mais adultos com crianças dependentes (8%);
- 40% vivem em áreas densamente povoadas e 34% em áreas pouco povoadas.

Privação material e social em 2021, alertas para 2022

Enquanto 2021 foi marcado por uma crise pandémica com consequente impacto na desigualdade de rendimentos e na perda de rendimentos de uma parte da população, o ano de 2022 é marcado pela guerra na Ucrânia e consequente impacto no custo de vida. **Em 2022, portanto, não assistimos a uma perda de rendimentos por parte da população portuguesa, mas sim uma perda de poder de compra que atinge quer a população em emprego, quer a população sem emprego.** Como tal, a degradação das condições de vida em 2022 não será visível nos próximos inquéritos através do aumento do risco de pobreza monetária ou da intensidade laboral muito reduzida, mas sim através da privação material e social.

A este nível, **os dados de 2021, alertam-nos já para uma vulnerabilidade preocupante que tenderá a intensificar-se**, nomeadamente:

- 11.3% da população já vivenciava grande dificuldade em gerir o seu orçamento familiar até ao fim do mês, ou seja, os recursos financeiros do agregado familiar

não cobriam as suas despesas necessárias habituais, 9.6% chegava ao fim do mês com dificuldade e 35% com alguma dificuldade. Menos da metade da população (cerca de 42%) afirmava não ter dificuldade em gerir o orçamento familiar até ao fim do mês;

- 31.1% não tinha capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada de cerca de 540€ sem recorrer a empréstimo;

- 16.4% da população em Portugal não tinha capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida. São os idosos isolados e as mulheres a viverem sozinhas os que apresentam maior proporção de pessoas com esta incapacidade, realidade que atinge 28.4% e 27.5% destas populações respetivamente;

- 6.9% da população tinha atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal (aumento de 28% face a 2020);

- 2.5% tinha atrasos relacionados especificamente com habitação, sendo superior nas famílias com crianças dependentes (3.6%);

- 2.4% da população em Portugal não tinha capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de dois em dois dias. Na população em risco de pobreza esta proporção era de 5.9%.

É possível, através do Eurobarómetro Especial do Parlamento Europeu – Primavera 2022, ter uma primeira aproximação do impacto que a guerra e o aumento do custo de vida em Portugal. Segundo o inquérito aplicado entre abril e maio de 2022**, 74% dos portugueses afirmavam não estarem preparados para uma subida dos preços da energia ou para uma subida dos preços dos alimentos como consequência da invasão russa da Ucrânia. Neste Eurobarómetro, 57% dos portugueses afirmavam ainda que as consequências da guerra na Ucrânia já tinham reduzido o nível de vida e previam que isso continuaria a ocorrer ao longo de 2023.**

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL: RELATÓRIO 2021

Os últimos dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR_INE/EU-SILC Eurostat 2021) disponíveis à data deste relatório apontam-nos para o forte impacto da pandemia na pobreza e exclusão em Portugal. Estes dados, e no que se refere aos indicadores associados à dimensão monetária (*taxa de risco de pobreza*) e ao mercado de trabalho (*intensidade laboral per capita muito reduzida*), reportam a 2020. Um ano fortemente marcado pelo Estado de Emergência, o confinamento e as restrições à circulação; pela suspensão de algumas atividades económicas, sociais, culturais, desportivas e pelos constrangimentos de outras atividades; pelo teletrabalho e pela escola online; pelo medo e pelas mortes pelo vírus SARS-CoV-2. Uma outra dimensão analisada pelos resultados deste inquérito é o da *privação material e social severa,* dados esses que reportam ao ano de 2021. Este segundo ano da pandemia é um ano que se inicia com a vacinação dos grupos mais vulneráveis, mas também com um elevado número de contágios, de mortes e com uma sobrecarga sobre os serviços de urgência dos hospitais. Um ano novamente marcado pelo Estado de Emergência e por novo confinamento - muito embora com regras menos restritas do que no confinamento de 2020- estas continuam a ser um importante constrangimento às atividades económicas, sociais, culturais, educativas e desportivas. Em 2021, o medo foi acompanhado pela esperança de que a vacinação em massa pudesse permitir um regresso ao funcionamento normal das atividades, mas foi igualmente acompanhado pelo cansaço e pelo desgaste emocional e económico.

Os dados do *risco de pobreza ou exclusão social* de 2021, analisados neste relatório, conjugam os três indicadores referidos (risco de pobreza, intensidade laboral muito reduzida e privação material e social severa) e espelham o impacto elevado destes dois anos de pandemia nas condições de vida da população em Portugal. Encontramos nos dados de 2021 um aumento do risco de pobreza ou exclusão social de 12% face ao inquérito anterior, o que corresponde a mais 256 mil pessoas. Este terá sido, provavelmente, **o maior aumento anual do risco de pobreza ou exclusão social verificado em Portugal desde 2005**. As alterações efetuadas a este indicador em 2020 para permitir a monitorização das metas da Europa 2030 impedem a análise da evolução deste fenómeno em períodos anteriores a 2015. No entanto, se olharmos para o anterior indicador utilizado (referente a Estratégia Europa 2020) verificamos que a maior variação anual registada desde 2005 foi de 9% e ocorreu entre 2012 e 2013, período da anterior crise económica e financeira que assolou Portugal.

Paralelamente, e apesar de crise pandémica ter sido uma crise mundial e de quase todos os países da União Europeia terem passado por processos de confinamento, **o**

aumento do risco de pobreza ou exclusão social entre 2020 e 2021 em Portugal (12%) foi comparativamente mais elevado que os restantes países da UE, com exceção apenas da Eslováquia que apresentou uma variação anual superior à de Portugal (13%). Todos os restantes Estados-membros (EU27) apresentaram uma variação anual entre uma redução em 11% (Finlândia) e um aumento em 6% (Luxemburgo). Consequentemente, Portugal agravou a sua posição entre os países com maior risco de pobreza ou exclusão social passando da 13ª posição para a 8ª.

Ao longo deste relatório iremos analisar os dados do EU-SILC/ICOR 2021, procurando compreender e retratar o impacto da crise pandémica em Portugal, mas também projetar o potencial impacto que as transformações políticas e sociais atuais podem introduzir no futuro próximo. Muito embora os dados existentes que temos de pobreza ou exclusão social sejam insuficientes para analisar o momento atual, a comparação entre a evolução dos preços praticados ao longo deste ano e a evolução dos rendimentos, nomeadamente da Remuneração Media Mensal Garantida (RMMG), e das prestações sociais juntamente com o contexto de pobreza e exclusão social herdado do último ano deixa pouca espaço de dúvida sobre a gravidade das condições de vida atuais em Portugal. **O forte impacto da pandemia observado nas condições de vida e rendimento em Portugal deve ser por isso visto como um alerta, um barómetro para o impacto que o atual contexto da guerra na Ucrânia e do aumento dos preços de bens e serviços tem e continuará a ter na redução do poder de compra e condições e vida em Portugal que se perspetiva em 2022 e 2023.**

O IMPACTO DA PANDEMIA NA POBREZA OU EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL

ICOR/EU-SILC2021

Os dados do ICOR / EU-SILC de 2021 permitem-nos olhar para o impacto da pandemia em dois momentos decisivos: o primeiro ano da pandemia (2020), através dos rendimentos (taxa de risco de pobreza) e da inserção laboral da população (intensidade laboral per capita muito reduzida), e o segundo ano da pandemia (2021), através da privação material e social severa.

Em 2021 residiam **2 312 mil pessoas em risco de pobreza ou exclusão social em Portugal**. Desde 2017 que não havia no nosso território um número tão elevado de pessoas nesta situação de vulnerabilidade económica e social. **A taxa de risco de pobreza ou exclusão social registada em 2021 foi de 22.4%, um aumento de 12% face a taxa existente em 2020.**

Tal como é visível no **Gráfico 1**, o agravamento deste indicador foi particularmente elevado em Portugal mesmo quando comparado com os países da União Europeia que também vivenciaram confinamentos e restrições em atividades económicas, sociais, culturais e educativas, ainda que com medidas diferenciadas em cada país. Se olharmos para a evolução do PIB per capita na UE ao longo desse período verificamos uma contração deste indicador em 19 Estados-membros entre 2020 e 2019 e um crescimento da riqueza de apenas 0% a 3% nos restantes 8 Estados-membros, o que indica um impacto negativo generalizado da pandemia na União Europeia**. Em Portugal a contração do PIB foi efetivamente maior do que a média europeia, sendo o Estado com a sétima maior contração do PIB entre 2019 e 2020 (-6.6%) e o sétimo menor crescimento do PIB entre 2020 e 2021 (+7%).** No entanto, quando comparamos a evolução do PIB com a do risco de pobreza e exclusão social na UE27, percebe-se uma menor capacidade de Portugal em conter o impacto da pandemia no aumento da pobreza e da exclusão social.

Efetivamente, a pandemia teve um impacto negativo generalizado entre os vários países da União Europeia, mas esse impacto não foi igual nem entre todos os países da UE nem entre todos os grupos sociais e económicos. Portugal assistiu a um elevado aumento das desigualdades no inquérito de 2021 (referente aos rendimentos de 2020) que se traduziu num **aumento de 5.8% no coeficiente de Gini e de 13% no indicador S80/S20**, indicador que compara os rendimentos da população com 20% rendimentos mais baixos e com a população com 20% rendimentos mais elevados. Este forte aumento das desigualdades não pode ser percebido como um impacto natural da pandemia. Por

um lado, nem todos os países da União Europeia assistiram a um aumento das desigualdades. Dos 26 Estados-Membros[1] com dados para estes indicadores, 12 tiveram uma redução dos níveis de desigualdade (S80/S20 e Coeficiente de Gini). Por outro lado, desses 26 países, Portugal foi o que apresentou maior aumento da desigualdade de rendimentos e com uma distância importante face comportamento dos restantes Estados-Membros, tal como é possível verificar nos **gráficos 2** e **3**.

Gráfico 1: Variação anual da taxa de risco de pobreza ou exclusão social (inquéritos 2020/2021). Eurostat, EU-SILC Survey [ILC_PEPS01N]

Em 2021, com base nos rendimentos de 2020, **o 5º quintil da população possuía um rendimento 5.66 vezes mais elevado do que o 1º quintil da população**. Nesse ano **Portugal era o oitavo país com maior nível de desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres da UE.** Se olharmos para a desigualdade entre os 10% com

[1] Não foram ainda disponibilizados dados dos indicadores de desigualdades para um país, a Eslováquia.

rendimentos mais elevados e os 10% com rendimentos mais baixos o rácio é de 9.8, o que corresponde a um aumento de 21% face aos rendimentos de 2019[2].

Ao olhar para os níveis de desigualdade através do coeficiente de Gini verificamos que este **aumentou de 31.3% para 33%, fazendo Portugal subir da 8ª para a 5ª posição dos países da UE27 com maior nível de desigualdade.** É necessário recuar a 2017 para encontrar um nível mais elevado de desigualdade.

Gráfico 2: Variação anual do indicador S80/S20 (inquéritos 2020/2021); Eurostat: EU-SILC survey [ILC_DI11].

As prestações sociais assumem um papel importante na redução da desigualdade. Sem estas transferências, o coeficiente de Gini seria de 55.9% e Portugal seria o 4º país da União Europeia com maio nível de desigualdade. As pensões e restantes transferências sociais permitem uma redução em 41% deste coeficiente. No entanto, são as pensões que assumem aqui um maior relevo na redução das desigualdades. **Quando comparamos o Coeficiente de Gini após todas as transferências sociais com os**

[2] INE, ICOR 2021

dados deste coeficiente após pensões[3] verificamos que **o coeficiente de Gini reduz apenas 8% e Portugal é, no contexto da União Europeia, o quarto país com menor impacto destas transferências na redução dos níveis de desigualdade.**

Gráfico 3: Variação anual do indicador Coeficiente de Gini (inquéritos 2020/2021); Eurostat: EU-SILC survey [ILC_DI12].

Comparativamente com os restantes países da EU, apenas a Letónia, Hungria e Roménia apresentam um menor impacto destas outras transferências sociais na redução do coeficiente de Gini.

Se olharmos para o conjunto dos indicadores que compõem o risco de pobreza ou exclusão social é possível compreender quais foram as dimensões mais atingidas pela crise pandémica. Apesar de assistirmos a um aumento em todas as dimensões que compõem a análise do risco de pobreza ou exclusão social entre o inquérito de 2020 e de 2021, de entre estes indicadores destacam-se a da pobreza monetária e da privação

[3] Ou seja, quando procuramos medir o impacto de outras prestações sociais tais como subsídio de desemprego, prestações sociais na parentalidade, prestações sociais na doença, rendimento social de inserção, ou medidas aplicadas durante a pandemia tais como por exemplo o *lay-off* simplificado.

material e social severa, ou seja, dimensões associadas com o rendimento do agregado ou com a capacidade de consumo de bens e serviços. Também fortemente impactada pela crise, o que se compreende quer pelo aumento de +6% taxa de desemprego em Portugal - que passou de 6.6% em 2019 para 7% em 2020-, quer pelo aumento da taxa de inatividade em +3%, destaca-se ainda a intensidade laboral muito reduzida. Não obstante, é de assinalar que este aumento do desemprego e da inatividade traduziu-se numa variação anual de +6% da população em agregado com intensidade laboral muito reduzida, um aumento claramente inferior a variação verificada nas restantes dimensões. Estes dados parecem sugerir **um impacto positivo das medidas de política pública adotada em 2020 e 2021 para conter os despedimentos dos trabalhadores por conta de outrem, como por exemplo o *lay-off* simplificado.**

A taxa de risco de pobreza teve uma variação anual de quase 14%, mais 228 mil pessoas a viverem com um rendimento por adulto equivalente inferior a cerca de 554 € mensais. No entanto, **foi ao nível da população onde a vulnerabilidade monetária é mais extrema que assistimos um maior aumento do risco de pobreza.** Entre o inquérito de 2020 e 2021 – ou seja, rendimentos de 2019 e 2020 – a taxa de risco de pobreza aumentou em 29% quando considerado um limiar de risco de pobreza de 40% do rendimento mediano. **Temos assim mais 178 mil pessoas a viverem com um rendimento inferior a cerca de 370€ mensais por adulto equivalente. Consequentemente a população em situação mais extrema de pobreza passou a corresponder a 41% da população em risco de pobreza quando em 2020 correspondia a 36%.**

A taxa de intensidade da pobreza, indicador que mede a distância entre o rendimento mediano disponível da população em risco de pobreza e o limiar de pobreza, também sofreu um importante aumento no último inquérito. Segundo a taxa de intensidade da pobreza, quanto maior a distância entre o rendimento mediano disponível e o limiar de pobreza, maior será a intensidade da pobreza vivenciada por esta população. De acordo com os dados do inquérito de 2021, **a taxa de intensidade da pobreza aumentou 11% face ao inquérito anterior, sendo Portugal o 8º país da União Europeia com maior variação anual deste indicador.** Com este aumento, Portugal registou no inquérito de 2021 uma distância entre o rendimento da população em situação de pobreza e o limiar de pobreza de 27.1%, sendo o 5º país da UE27 com maior taxa. Em 2020, metade da população em risco de pobreza tinha um rendimento mediano disponível por adulto equivalente inferior a 404€ mensais.

A privação material e social severa, ao contrário dos outros dois indicadores analisados anteriormente, reporta ao ano do inquérito, ou seja, 2021. Note-se ainda que se considera estar em privação material e social severa quem vivencia a carência involuntária de 7 de 13 itens (bens, serviços e atividades sociais) e em privação material e social a carência de 5 desses mesmos 13 itens. Também nesta dimensão percebemos um maior impacto nas situações mais severas. Enquanto a taxa de privação material e social severa aumentou 11%, a taxa de privação material e social aumentou cerca de 6%.

Entre 2020 e 2021 assistimos a um aumento de 53 mil pessoas em privação material e social severa.

Gráfico 4: Variação anual da taxa de intensidade da pobreza (2020/2021); Eurostat: EU-SILC survey [ILC_LI11].

RISCO DE POBREZA OU EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL: OS GRUPOS MAIS VULNERÁVEIS

A pandemia **não trouxe uma alteração significativa nos perfis de pobreza ou exclusão social existentes** em Portugal. Os dados demonstram, no entanto, **um agravamento dessa vulnerabilidade**. Em 2021 permanecem os seguintes grupos com maior risco de pobreza ou exclusão social (Figura 1):

- as **mulheres** (23.5%) comparativamente com os homens (21.2%);
- os **agregados familiares constituídos por um adulto com crianças dependentes** (38.2%), por **dois adultos com três ou mais crianças dependentes** (33.2%) ou **por um adulto isolado com 65 anos ou mais** (32.5%) comparativamente com as famílias compostas por dois adultos com duas (13.1%) ou com apenas uma (15.1%) criança dependente ou as famílias de três ou mais adultos sem crianças dependentes (16.3%);
- as **pessoas que se encontram fora do mercado de trabalho** (33%), **com destaque para os desempregados** (60.4%) comparativamente com as que estão em emprego (13.4%);
- as **pessoas com níveis de escolaridade até ao ensino básico** (30.4%) comparativamente com as que têm ensino superior (8.7%);
- os **estrangeiros extracomunitários** (37.4%) comparativamente com a população portuguesa (22.1%);
- os **arrendatários a preço reduzido ou gratuito** (34.1%) ou a **preço de mercado** (30.9%) comparativamente com os proprietários sem hipoteca/crédito habitação (24.1%) ou com hipoteca / crédito (14.7%);
- a **população das zonas pouco povoadas** (29.9%) comparativamente com a população das áreas densamente povoadas (19.6%).

As diferenças face ao perfil existente em 2020 prendem-se sobretudo com os grupos etários. Se desde pelo menos 2015 as crianças eram o grupo etário com maior risco de pobreza ou exclusão social, **os dados de 2021 voltam a chamar a nossa atenção para**

Figura 1: Risco de Pobreza e Exclusão Social por grupo populacional. Eurostat: EU-SILC.

a situação de vulnerabilidade existente entre a população com 65 anos ou mais. Mais de 24% da população sénior está em risco de pobreza ou exclusão social, sendo que **este valor sobe para 26.7% quando consideramos a população com 75 anos ou mais.**

Se substituirmos a análise dos grandes grupos etários (grandes ciclos de vida) por faixas etárias mais reduzidas, verificamos que **o maior risco de pobreza ou exclusão social ocorre na realidade entre a população dos 55 e 64 anos**, uma faixa etária em idade ativa, onde prevalece uma maior proporção de trabalhadores com baixos níveis de escolaridade e que, em situação de desemprego, têm maior dificuldade em regressar ao mercado de trabalho. Os dados da Segurança Social/GEP (Quadros de Pessoal 2020) indicam que mais de 26% dos trabalhadores por conta de outrem com idade entre os 55 e os 64 anos têm o 1º ciclo do ensino básico e 73% tem o ensino básico (1º, 2º ou 3º Ciclo). Por outro lado, segundo os dados do Inquérito ao Emprego, do INE, em 2020, **47.6% dos desempregados a procura de novo emprego com idade compreendida entre 55 e 74 anos não recebiam subsídio de desemprego, sendo o grupo etário com maior proporção de desempregados sem subsídio de desemprego.**

Gráfico 5: Taxa de risco de pobreza ou exclusão social por grupo etário, EU-SILC2020 e 2021. Eurostat, EU-SILC.

Nos últimos dados do EU-SILC a pobreza infantil perdeu o seu lugar de destaque ao nível do risco de pobreza ou exclusão social. Tal não se deve, porém, a uma redução da vulnerabilidade das crianças. Pelo contrário, também nesse grupo etário assistimos a um aumento da taxa de risco de pobreza ou exclusão social. Apesar do aumento da pobreza ou exclusão social ter sido mais tímido do que entre os adultos e entre a população sénior, a situação de pobreza ou exclusão social entre crianças continua a ser uma

realidade preocupante. Em 2021, residiam em Portugal 388 mil crianças em risco de pobreza ou exclusão social, mais 10 mil crianças do que em 2020.

Se não encontramos uma alteração significativa no perfil de vulnerabilidade na sociedade portuguesa**, encontramos um aumento do risco de pobreza ou exclusão social transversal a quase totalidade dos grupos analisados.** Sobressaem, no entanto, alguns grupos com um aumento muito elevado do risco de pobreza ou exclusão social. É o caso, por exemplo, da população estrangeira que teve uma variação anual de +85% da taxa de risco de pobreza ou exclusão social, passando de uma taxa de 18.9% em 2020 para 35% em 2021. Assistimos, assim, a um maior fosso nas condições de vida e rendimentos entre nacionais e estrangeiro residentes em Portugal. Sublinhe-se ainda que a variação foi particularmente elevada entre a população de estrangeiros extracomunitários (+80%), mas foi ainda mais forte entre os estrangeiros provenientes de outros Estados-membros (+111%), um grupo que habitualmente apresenta uma menor vulnerabilidade, sendo usualmente inferior ao da população nacional. Este aumento do risco de pobreza ou exclusão social dos nacionais de outros países da União Europeia (UE27) espelha um intenso aumento do risco de pobreza monetária - que passa de uma taxa de 5.4% segundo o inquérito de 2020 para 24.3% em 2021 (+350%) -, assim como um importante aumento da intensidade laboral per capita muito reduzida que passa de 1.8% para 6.1%. Contudo, a existência de uma quebra de série nos dados de 2021 não nos permite concluir que proporção deste agravamento é explicada pelas alterações metodológicas ou pelo contexto pandémico.

Gráfico 6: Risco de pobreza ou exclusão social por grupo de cidadania. Eurostat, EU-SILC 2020 e 2021 [ilc_peps05n].

Outro aspeto que importa realçar é o aumento da vulnerabilidade social e económica na população em trabalho. Em 2021 este risco de pobreza aumentou quase 18% na população em emprego, sendo o aumento de quase 21% na população trabalhadora por conta de outrem (TCO). Apesar de permanecer como o grupo com menor risco de pobreza ou exclusão social, **o contexto pandémico levou a que o risco de pobreza ou exclusão social passasse de 9.1% (2020) para 11% (2021).** Tal não parece ter ocorrido devido a um aumento do desemprego ou da inatividade dentro do agregado familiar, uma vez que a intensidade laboral per capita muito reduzida permaneceu com o valor de 0.1% para a população empregada por conta de outrem, tal como verificado no ano anterior.

Gráfico 7: Risco de pobreza ou exclusão social por condição perante o trabalho (população com 18 ou mais anos). Eurostat, EU-SILC 2020 e 2021 [ilc_peps05n]

É ao nível da pobreza monetária que encontramos um importante aumento da vulnerabilidade (+24%)[4]. Esse incremento da pobreza monetária ocorre apesar do aumento do rendimento médio (por adulto equivalente) dos TCO (+4.2%) ter sido superior ao aumento do limiar de pobreza (+2.7%). Neste contexto pandémico marcado pelo aumento das desigualdades de rendimentos, assistimos em 2021 (rendimentos de 2020) a um aumento do rendimento médio e mediano dos TCO, em simultâneo com um agravamento não só da proporção de trabalhadores pobres, mas também da proporção

[4] Não foram divulgados dados da privação material e social severa por condição perante o trabalho, não sendo por isso possível verificar a variação anual deste indicador.

de trabalhadores com rendimentos muito baixos. Tendo por base o limiar de 40% do rendimento mediano, que no inquérito de 2021 corresponde a um rendimento por adulto equivalente inferior a cerca de 370€ (776€ mensais quando considerado um agregado com dois adultos e duas crianças), verificamos que **2.5% dos TCO estavam nessa situação de forte precaridade económica, mais 47% do que no inquérito anterior.**

Gráfico 8: Risco de pobreza ou exclusão social por nível de escolaridade (população com 18 ou mais anos). Eurostat, EU-SILC 2020 e 2021 [ilc_peps04n].

Tal como ocorre com os TCO, a população com ensino superior é o grupo (por nível de escolaridade) com menor risco de pobreza ou exclusão social, mas é igualmente o que assiste a um maior aumento do risco de pobreza ou exclusão social entre 2020 e 2021 (+36%). Neste caso, no entanto, está em causa quer o aumento do risco de pobreza monetária quer a intensidade laboral per capita muito reduzida[5]. Apesar da população com ensino superior não ter sido a mais afetada pelo desemprego, teve ainda assim um importante agravamento da taxa de desemprego (+9%), que passou para 5.8%. A intensidade laboral per capita desta população aumentou 40% e o risco de pobreza teve uma variação anual de 47%.

[5] Não foram divulgados dados da privação material e social severa por nível de escolaridade, não sendo por isso possível verificar a variação anual deste indicador

Este indicador analisa o risco de pobreza ou exclusão social da população com 18 ou mais anos. Se analisarmos os diferentes grupos etários ressalta imediatamente o forte impacto da pandemia nos jovens dos 18 aos 24 anos, nomeadamente dos jovens com ensino superior que passa de 8.5% em 2020 para 18.8% em 2021. Há, em 2021, **uma maior proximidade no risco de pobreza ou exclusão social da população mais jovem nos diferentes níveis de escolaridade.** Se em 2020 esta taxa **era 3.5 vezes maior entre os jovens com ensino básico comparativamente com os jovens com ensino superior, em 2021 essa diferença é de apenas 1.7. No caso dos jovens com ensino secundário esta diferença baixou de 2.1 para 1.3.**

Ainda assim importa reter que é entre a população com mais baixos níveis de escolaridade que continuamos a encontrar as taxas mais elevadas de risco de pobreza ou exclusão social independentemente da faixa etária.

Um conhecimento mais detalhado do risco de pobreza ou exclusão social por diferentes grupos é possível obter pela **Tabela 1**. Note-se, no entanto, que nesta tabela não foram incluídos os dados para a população com limitação de atividade. Ao contrário das restantes dimensões analisadas, no caso da população com incapacidade o Eurostat manteve a análise dos dados com base dos indicadores da Europa 2020. Devido a diferença face aos indicadores da Europa 2030, optamos por não incluir estes dados nesta tabela.

Taxa de risco de pobreza ou exclusão social (EU-2030)				
Grupo Sociodemográfico	**EU-SILC 2021**	**EU-SILC 2020**	**EU-SILC 2021**	**Variação anual (2021-2020)**
	Portugal		**UE27**	**Portugal**
Total %	**22,4**	**20,0**	**21,7**	12,0%
Tota Nº (milhares)	**2 312,0**	**2 056,0**	**95 435**	12,5%
Género				
H	21,2	18,9	20,7	12,2%
M	23,5	20,9	22,7	12,4%
Grupo Etário				
<18	22,9	21,9	24,4	4,6%
18-64	21,7	18,9	21,6	14,8%
65 anos ou mais	24,2	21,4	19,6	13,1%
Menos 6	19,0	18,3	23,5	3,8%
6 aos 11	22,0	20,7	23,8	6,3%
12 aos 17	26,7	25,6	25,8	4,3%

Grupo Sociodemográfico	EU-SILC 2021		EU-SILC 2020	EU-SILC 2021	Variação anual (2021-2020)
	Portugal			UE27	Portugal
18-24	24,2		18,5	27,3	30,8%
25-54	19,2		17,1	20,3	12,3%
55-64	27,5		24,3	22,5	13,2%
65-74	21,9		19,1	18,5	14,7%
75 ou mais	26,7		23,9	20,9	11,7%
Agregado familiar doméstico					
Agregados sem crianças dependentes	*22,6*	*b*	*20,5*	*20,9*	10,2%
Um adulto sem criança dependente	29,6	b	29,4	32,8	0,7%
até 64 anos	25,3	b	25,2	34,3	0,4%
65 anos ou mais	32,5	b	32,1	30,8	1,2%
Mulher	34,3	b	32,5	34,0	5,5%
Homem	21,0	b	23,2	31,4	-9,5%
Dois adultos sem criança dependente	23,9	b	21,3	15,6	12,2%
até 64 anos	21,1	b	21,1	14,7	0,0%
pelo menos um com 65 anos ou +	25,9	b	21,4	16,5	21,0%
Três ou mais adultos	16,3	b	15,3	16,4	6,5%
Agregados com crianças dependentes	*22,3*	*b*	*19,4*	*22,5*	14,9%
Um adulto e pelo menos uma criança dependente	38,2	b	32,3	44,1	18,3%
Dois adultos e uma criança dependente	15,1	b	14,7	15,5	2,7%
Dois adultos e duas crianças dependentes	13,1	b	14,3	16,2	-8,4%
Dois adultos e três ou mais crianças dependentes	33,2	b	43,1	31,1	-23,0%
Três ou mais adultos com crianças dependentes	27,5	b	20,1	24,8	36,8%
Condição perante o trabalho (18 ou mais anos)					
Total em emprego	*13,4*		*11,4*	*11,1*	17,5%
Por conta de outrem	11,0		9,1	9,1	20,9%
Por conta própria/empresários	32,4		30,4	23,6	6,6%
Total sem emprego	33,0		*29,4*	*32,2*	12,2%
Desempregado	60,4		54,2	64,5	11,4%
Reformado	22,3		19,3	18,6	15,5%
Outras pessoas fora do mercado de trabalho	39,9		38,0	42,3	5,0%

Grupo Sociodemográfico	EU-SILC 2021		EU-SILC 2020	EU-SILC 2021	Variação anual (2021-2020)
	Portugal			UE27	Portugal
Nível de escolaridade (18 ou mais anos)					
Total (18 anos ou mais)	*22,4*		*19,6*	*21,1*	14,3%
Até ensino básico (ISCED 0-2)	30,4		27,0	34,7	12,6%
Ensino secundário e pós-secundário (ISCED 3-4)	18,6		14,8	19,8	25,7%
Ensino superior (ISCED 5-8)	8,7		6,4	10,3	35,9%
Nacionalidade (18 ou mais anos)					
Nacionalidade portuguesa	22,1	b	19,6	···	12,8%
Total nacionalidade estrangeira	35,0	b	18,9	···	85,2%
Extracomunitária (desde 2020)	37,4	b	20,8	···	79,8%
Outro país UE28 (desde 2020)	27,0	b	12,8	···	110,9%
Regime de ocupação da habitação					
Proprietários com hipoteca ou crédito habitação	14,7		12,4	10,0	18,5%
Proprietários sem hipoteca ou crédito habitação	24,1		22,0	19,9	9,5%
Arrendatários com renda a preço de mercado	30,9		24,5	32,3	26,1%
Arrendatários com renda a preço reduzido ou gratuita	34,1		34,8	39,4	-2,0%
Grau de urbanização do território					
Áreas densamente povoadas	19,6		16,6	···	18,1%
Áreas medianamente povoadas	20,8		20,8	···	0,0%
Áreas pouco povoadas	29,9		25,2	···	18,7%

Fonte: Eurostat, EU-SILC 2020 e 2021

Notas:

(1) *b*: quebra de série
(2) Os dados para UE27 correspondem às estimativas existentes no Eurostat à data da elaboração deste relatório

AS DIMENSÕES DA POBREZA OU EXCLUSÃO SOCIAL: POBREZA MONETÁRIA, INTENSIDADE LABORAL MUITO REDUZIDA E PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL SEVERA

Os dados do EU-SILC2021 indicam uma **taxa de risco de pobreza ou exclusão social de 22.4%, equivalendo a 2 312 mil pessoas nessa condição de vulnerabilidade.** Cerca de 82% da população em risco de pobreza ou exclusão social estava em risco de pobreza monetária, 26% em situação de privação material e social severa e 18% em agregados com intensidade laboral muito reduzida. Sublinhe-se que 81 mil pessoas acumulavam as três situações de vulnerabilidade, estando simultaneamente em risco de pobreza monetária, em privação material e social severa e em agregados com intensidade laboral muito reduzida. A proporção da população portuguesa que acumula as três dimensões de vulnerabilidade é de 0.8%, mas passa para 1.5% quando olhamos para a população dos 55 aos 64 anos.

Note-se que com a pandemia a população que acumula as três dimensões de vulnerabilidade diminuiu (-15%), mas aumentou a população que estava apenas em risco de pobreza ou que acumulava o risco de pobreza monetária com a privação material e social severa ou com uma intensidade laboral muito reduzida. O maior aumento deu-se na população que estava em risco de pobreza e, simultaneamente, a viver num agregado com intensidade laboral muito reduzida, mas que não estava em privação material e social severa (+44%).

O perfil de vulnerabilidade que encontramos quando olhamos para o risco de pobreza ou exclusão social, assemelha-se ao perfil de vulnerabilidade que encontramos quando olhamos especificamente para a ***população em risco de pobreza***. Tal deve-se, em parte, pelo importante peso da população em risco de pobreza monetária na população em vulnerabilidade social e económica, tal como vimos anteriormente. Destacam-se as mulheres; os agregados numerosos, monoparentais ou constituído por um adulto isolado, nomeadamente com 65 aos ou mais e/ou do sexo feminino; a população que se encontra fora do mercado de trabalho, nomeadamente os desempregados; a população com baixos níveis de escolaridade; a população com nacionalidade estrangeira, com destaque para os estrangeiros extracomunitários; os arrendatários; a população residente em áreas pouco povoadas (ver tabela 2). Neste perfil acrescentamos igualmente os dados da população com limitação de atividade onde se verifica um importante distanciamento entre o risco de pobreza monetária da população sem qualquer limitação de atividade (15.3%) e da população com uma limitação de atividade severa (26.5%).

A principal diferença entre o perfil de vulnerabilidade de pobreza ou exclusão social e de pobreza monetária, segundo os dados do inquérito de 2021, prende-se com a dimensão do grupo etário. Enquanto no risco de pobreza e exclusão social de 2021 é realçada a vulnerabilidade da população sénior, na pobreza monetária continua a destacar-se a pobreza infantil, ainda que com uma forte aproximação do risco de pobreza monetária destas duas populações. **Mais de 1/5 das crianças e pessoas sénior estavam em risco de pobreza monetária segundo o inquérito de 2021.**

A pobreza infantil não pode ser dissociada da pobreza dos agregados com crianças dependentes e dos baixos rendimentos do trabalho. Se temos 5.3% das crianças a viverem em agregados com intensidade laboral muito reduzida, temos no entanto **20.4% em risco de pobreza e 10.6% em privação material severa**. Com baixos rendimentos do trabalho, **o risco de pobreza nos agregados com crianças dependentes apenas desce abaixo da média nacional quando em causa estão agregados compostos por dois adultos e um número reduzido de crianças dependentes (um ou dois).** Note-se que apesar do elevado risco de pobreza dos agregados com dois adultos e três ou mais crianças dependentes (31.2%), apenas 2% das pessoas que vivem nestas famílias estão em agregados com intensidade laboral muito reduzida.

Efetivamente o perfil de vulnerabilidade dos agregados familiares altera-se quando analisamos a intensidade laboral muito reduzida. Neste caso, os agregados com crianças dependentes apresentam taxas inferiores à dos agregados sem crianças dependentes. As tipologias mais vulneráveis são a dos **dois adultos em que um tem 65 anos ou mais** (32.4%), seguida das **mulheres com menos de 65 anos que vivem sozinhas** (16.6%) **e das famílias monoparentais** (um adulto com crianças dependentes – 15.7%).

Na *intensidade laboral muito reduzida* é considerada apenas a população com menos de 65 anos, sendo excluída da análise a população sénior. Quando olhamos para esta dimensão, verificamos novamente uma maior vulnerabilidade entre as mulheres; as crianças com menos de 18, apesar desta análise sofrer alterações quando são analisados grupos etários com menores intervalos de idades; a população sem emprego, nomeadamente os desempregados; a população com ensino básico; e os arrendatários com renda a preço reduzido. Ao nível dos grupos etários importa sublinhar a elevada proporção de população em agregados com intensidade laboral per capita muito reduzida entre população em idade ativa mais velha, nomeadamente dos 55 aos 59 anos (7.9%) e dos 60 aos 64 anos (14.6%).

Quando olhamos para a dimensão do país de cidadania também verificamos diferenças face ao perfil de vulnerabilidade que encontramos na pobreza monetária. **Apesar dos estrangeiros extracomunitários serem mais vulneráveis a pobreza monetária**, isto ocorre apesar de uma menor intensidade laboral muito reduzida, **apenas 4.6% destes estrangeiros estão em agregados com intensidade laboral muito reduzida, comparativamente com 5.6% dos nacionais e 11.6% dos estrangeiros de outros países membros da União Europeia.**

Contudo, apesar da baixa taxa de intensidade laboral per capita muito reduzida, **os dados indicam uma forte vulnerabilidade ao desemprego por parte dos estrangeiros extracomunitários e um importante impacto da pandemia no desemprego desta população**. Segundo os dados do Inquérito ao Emprego, do INE, a taxa de desemprego da população ativa estrangeira de países extracomunitários foi de 14.7% em 2020, mais 18% do que em 2019. Estes são valores muito superiores aos do total da população ativa em Portugal que teve uma taxa de desemprego em 2020 de 7%, mais 6% do que em 2019.

Os dados disponibilizados até ao momento sobre ***privação material e social severa*** apenas nos permite caracterizar a população em duas dimensões: o género e o grupo etário. A vulnerabilidade feminina é um traço transversal aos três indicadores analisados. **As mulheres apresentam efetivamente um maior risco de pobreza monetária, estão mais suscetíveis a viverem em agregados com intensidade laboral muito reduzida e a viverem em privação material e social severa.**

Ao nível dos grupos etários, encontramos uma vulnerabilidade da população sénior que é 1.7 vezes superior à das crianças e 1.4 vezes superior à da população dos 18 aos 64 anos. **Em 2021 viviam em Portugal 177 mil pessoas sénior em situação de privação material e social severa, sendo que 54% destes idosos em privação severa tinha entre 65 e 74 anos. A taxa de privação material e social severa passa de 6% (população total residente) para 7.9% quando nos olhamos à população sénior.**

Gráfico 9: Privação material e social severa por grupos etários entre 2015 e 2021 [ILC_MDSD11]. Eurostat, EU-SILC 2015-2021

A vulnerabilidade à privação material e social severa por parte da população sénior agravou-se nos últimos dois anos, criando uma importante distância face aos restantes grupos etários. Este agravamento corresponde aos anos de 2020 e 2021 o que indica um importante impacto da pandemia nesta população. Note-se que em 2019, Portugal era o 10º da UE27 com maior taxa de privação material e social severa entre os idosos. Com o impacto de dois anos de pandemia Portugal passou a ser o 6º com maior taxa entre idosos.

De notar que este indicador mede a privação material e social causada pelas condições financeiras do agregado. No caso dos idosos, não podemos esquecer também o isolamento social que foi agravado nos últimos dois anos pela necessidade de restringir os contactos sociais e evitar o contágio pelo vírus Sars-Cov-2.

Se olharmos para os dados da Guarda Nacional Republicana (GNR)[6] – que sinaliza no seu território de atuação as pessoas com mais de 65 anos a viver sozinho e/ou isolado, ou numa situação de vulnerabilidade, em razão da sua condição física, psicológica, ou outra que possa colocar em causa a sua segurança – e os da PSP[7] - que sinaliza no seu território de atuação casos de fragilidade social, de maior vulnerabilidade física e psíquica, e suspeita de crimes de violência doméstica ou outros contra a vida ou integridade física – encontramos um total de **45 728 idosos sinalizados, correspondendo a 2% dos idosos em Portugal.**

Segundo dados da GNR, **em 2021 existiam na sua área de atuação 44 484 idosos sinalizados na Operação Censos 2021, mais 2 045 idosos do que em 2020 e mais 2616 do que em 2019**. Os distritos com maior número de idosos sinalizados por esta entidade foram Vila Real (11.7% do total de sinalizações), Guarda (11.3%), Viseu (8%), Faro (7.9%) e Beja (7.7%)[8]. Se compararmos estes dados com a população com mais de 65 anos, com base nos resultados dos Censos 2021, verificamos um maior peso de idosos sinalizados no distrito da Guarda (10.2%), Portalegre (10%), Vila real (9.1%) e Beja (8.9%).

No caso do Programa "A solidariedade não tem idade" da PSP[9] **foram sinalizados um total de 1 244 idosos no território de atuação desta entidade** (território continental e Regiões Autónomas). Na base desta sinalização encontramos as vulnerabilidades relativas à sua autonomia reduzida (46%), o isolamento geográfico e/ou social (31%), as vítimas de violência ou crime (10%) e outros motivos (14%).

[6] Operação Censos 2021
[7] Idosos sinalizados través do programa "A solidariedade não tem idade"
[8] Dados disponibilizados pela GNR
[9] Diário de notícias. "PSP sinalizou 1244 idosos na operação "Solidariedade não tem idade/2021" de 01/10/2021. Consultado em outubro de 2022 em https://www.dn.pt/sociedade/psp-sinalizou-1244-idosos-na-operacao-solidariedade-nao-tem-idade2021-14179470.html

Inquérito	EU-SILC2021		
Dimensões do risco de pobreza ou exclusão social	Taxa de risco de pobreza monetária (%)	Intensidade laboral muito reduzida (%)	Privação material e social severa (%)
Total / população	**0 ou + anos**	**0 aos 64 anos**	**0 ou + anos**
Total	18,4	5,3	6,0
Género / população	**0 ou + anos**	**0 aos 64 anos**	**0 ou + anos**
H	17,5	4,8	5,2
M	19,2	5,8	6,7
Grupo Etário / população			
<18	20,4	5,3	4,9
18-64	17,2	4,1	5,6
65 anos ou mais	20,1	…	7,9
Menos 6	17,1	3,3	4,1
6_11	19,8	4,9	5,1
12_17	23,5	3,9	5,4
18-24	20,9	5,1	5,3
25-49	15,5	…	4,4
50-64	18,5	…	7,5
65-74	17,6	…	8,2
75 ou mais	22,8	…	7,5
25-34	…	5,1	…
35-44	…	4,4	…
45-54	…	4,5	…
55-59	…	7,9	…
60-64	…	14,6	…
Agregado familiar doméstico / população	**0 ou + anos**	**0 aos 64 anos**	**0 ou + anos**
Agregados sem crianças dependentes	16,8	8,9	…
Um adulto sem criança dependente	24,2	14,2	…
com 64 anos ou menos	18,5	14.2	…
com 65 anos ou mais	28,1	…	…
Mulheres	28,7	16.6	…
Homens	16,2	11.8	…
Dois adultos sem criança dependente	18	11.9	…
<65 anos	…	7.6	
pelo menos um com 65 ou +	…	32,4	
Três ou mais adultos	10,4	4,4	…
Agregados com crianças dependentes	19,9	3,4	…

Dimensões do risco de pobreza ou exclusão social	Taxa de risco de pobreza monetária (%)	Intensidade laboral muito reduzida (%)	Privação material e social severa (%)
Agregado familiar doméstico / população (Cont.)	**0 ou + anos**	**0 aos 64 anos**	**0 ou + anos**
Um adulto e pelo menos uma criança dependente	30,6	15,7	…
Dois adultos e uma criança dependente	13,4	1,9	…
Dois adultos e duas crianças dependentes	11,9	1,6	…
Dois adultos e três ou mais crianças dependentes	31,2	2,0	…
Três ou mais adultos com crianças dependentes	25,2	2,5	…
Condição perante o trabalho / população	**18 ou + anos**	**18-64 anos**	**18 ou + anos**
Total em emprego	11,2	0,2	…
Por conta de outrem	8,8	0,1	…
Por conta própria	31,4	0,4	…
Total sem emprego	25,9	23,0	…
Desempregado	46,5	30,8	…
Reformado	18,0	…	…
Outros inativos	30,8	18,4	…
Nível de escolaridade / população	**18 ou + anos**	**18-64 anos**	**18 ou + anos**
Até ensino básico (ISCED 0-2)	24,5	9,1	…
Ensino secundário e pós-secundário (ISCED 3-4)	15,0	4,2	…
Ensino superior (ISCED 5-8)	6,9	2,8	…
Limitação de atividade / população	**16 ou + anos**	**16-64 anos**	**16 ou + anos**
Total (16 anos ou mais)	18,0	…	…
Nenhum	15,3	…	…
Algum	21,7	…	…
Severo	26,5	…	…
Algum ou Severo	23,0	…	…
Nacionalidade / população	**18 ou + anos**	**18-64 anos**	**18 ou + anos**
Nacionalidade portuguesa	17,9	5,6	…
Total nacionalidade estrangeira	25,3	6,2	…
Extracomunitária	25,6	4,6	…
Outro país UE27 (a partir de 2020)	24,3	11,6	…
Regime de ocupação da habitação	**0 ou + anos**	**0 aos 64 anos**	**0 ou + anos**
Proprietários e alojamentos cedidos gratuitamente	16,7	…	…
Proprietários com hipoteca ou crédito habitação	…	2,3	…

Dimensões do risco de pobreza ou exclusão social	Taxa de risco de pobreza monetária (%)	Intensidade laboral muito reduzida (%)	Privação material e social severa (%)
Regime de ocupação da habitação	**0 ou + anos**	**0 aos 64 anos**	**0 ou + anos**
Proprietários sem hipoteca ou crédito habitação	…	8,0	…
Arrendatários	28,7	…	…
Arrendatários com renda a preço de mercado	…	7,6	…
Arrendatários com renda a preço reduzido ou gratuita	…	10,3	…
Grau de urbanização do território	**0 ou + anos**	**0 aos 64 anos**	**0 ou + anos**
Áreas densamente povoadas	15,6	…	…
Áreas medianamente povoadas	16,4	…	…
Áreas pouco povoadas	26,1	…	…

Tabela 2: Indicadores de pobreza ou exclusão social em 2021. Eurostat, EU-SILC 2021

RISCO DE POBREZA OU EXCLUSÃO SOCIAL: ANÁLISE DOS TERRITÓRIOS NACIONAIS

Os dados do ICOR permitem-nos mapear o risco de pobreza ou exclusão social tendo por base as NUTs II, ou seja, as regiões Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa (AML), Alentejo, Algarve e as Regiões Autónomas dos Açores (RAA) e Madeira (RAM).

Em 2021, a **RAM possuía uma taxa de risco de pobreza ou exclusão social de 28.9%.** Pela primeira vez desde 2018, quando foram recolhidos os primeiros dados para este nível de desagregação, **a RAM apresenta-se como o território com maior nível de vulnerabilidade, ultrapassando os valores da RAA (27.7%)**. **No território continental é na Região Norte que encontramos a maior nível de vulnerabilidade desse indicador** (25.8%), valor próximo do registado no Algarve (25.4%), território que entre 2018 e 2020 apresentava a maior taxa em Portugal continental.

Há assim uma alteração no "ranking" dos territórios com maior vulnerabilidade à pobreza ou exclusão social, mas estas alterações espelham uma evolução distinta nas regiões autónomas e no território continental. Desde 2018 que encontramos nas regiões autónomas não só uma maior vulnerabilidade dos diferentes indicadores que compõe o risco de pobreza ou exclusão social, mas também uma importante distância face aos

resultados no território continental. A título exemplificativo podemos verificar que o risco de pobreza ou exclusão social na RAA, em 2018, era 1.6 vezes superior ao da região do Algarve. Mas os dados do inquérito de 2021 apresentam uma redução da vulnerabilidade nas regiões autónomas e um aumento generalizado no território continental. Assim, em 2021 esta distância do risco de pobreza ou exclusão social entre a RAA e o Algarve reduziu-se para 1.1.

De facto, a RAA teve uma redução de 17% na taxa de risco de pobreza ou exclusão social face ao ano de 2020. A RAM também teve uma importante redução (12%) ainda que inferior à verificada na RAA. No território continental, pelo contrário, as NUTs tiveram um aumento do risco de pobreza ou exclusão social que variou entre um acréscimo de 4% no Alentejo e de 18% na Região Norte. Esta evolução em sentidos inversos nas regiões autónomas e no território continental levou a uma maior convergência dos resultados no território nacional não só no indicador de risco de pobreza ou exclusão social, mas também na privação material e social severa, no risco de pobreza monetária e na intensidade laboral per capita muito reduzida.

Gráfico 10: Indicadores de pobreza e exclusão social por NUTS II. Fonte: INE, ICOR 2021

A redução da vulnerabilidade nos territórios insulares ocorre nas quatro dimensões em análise, sendo mais acentuada ao nível da privação material e social severa (-33% na RAA e - 21% na RAM) e na intensidade laboral per capita muito reduzida (-32% na RAA e – 24% na RAM). No território continental **é no Algarve que encontramos um maior**

aumento do risco de pobreza e da intensidade laboral per capita muito reduzida. Uma vez que os dados destes dois indicadores reportam ao ano anterior ao inquérito, estes resultados aludem ao primeiro ano de pandemia, altura em que a economia do Algarve teve uma forte contração devido ao impacto da pandemia na indústria do turismo. Ao nível da privação material e social severa os dados reportam ao ano do inquérito (2021) e, como tal, a importante redução deste indicador no Algarve (-36%) em 2021 indica já alguma recuperação desse território. Se olharmos, no entanto, para os dados da privação material e social de 2020 e compararmos com os de 2019 encontramos uma variação anual de +37%, sendo visível o forte impacto da pandemia nesse território no ano de 2020.

Gráfico 11 Taxa de risco de pobreza monetária por limiar nacional e regional de pobreza, 2020. Fonte: INE (2021).

O território com menor risco de pobreza ou exclusão social e menor risco de pobreza continua a ser a AML. Com um rendimento mediano superior aos restantes territórios a proporção de pessoas abaixo do limiar de pobreza é claramente inferior aos restantes territórios. A **AML tem 12.8% da sua população residente a viver abaixo do limiar de pobreza**, enquanto o Alentejo – a região com a segunda menor taxa – tem uma taxa de risco de pobreza de 17.1%. **No entanto, este menor risco de pobreza não se reflete numa menor privação material e social severa.** Na AML 5.3% da população está em privação material e social severa, um valor superior ao da privação verificada no Alentejo (4.5%) e na Região Centro (4.6%).

De facto, um território com maior rendimento mediano não significa uma menor privação material e social, sobretudo quando em causa podem estar territórios com um custo de vida mais elevado. A AML é, por exemplo, a região com o maior valor mediano das rendas por m^2 de novos contratos de arrendamento. Considerando um alojamento de 100 m^2, tínhamos em 2020 uma renda mediana de 857€ por mês na AML, 53% mais cara do que a renda mediana do território nacional (561€) e 122% mais elevada do que o valor para a Região do Alentejo (386€), o segundo território com menor risco de pobreza monetária[10].

O Destaque do INE sobre os resultados do inquérito de 2021[11] permitem igualmente conhecer os limiares de pobreza regionais, o que permite dar a conhecer um risco de pobreza ajustado ao rendimento mediano de cada território. Considerando esse limiar regional, **a AML partilha com a Região Norte a maior taxa de risco de pobreza: 19.1%.** O Alentejo, por outro lado, é, deste ponto de análise, o território com menor risco de pobreza monetária. As regiões autónomas têm também uma importante redução do risco de pobreza deixando de ser os territórios com maior vulnerabilidade. A RAM distingue-se como o território com maior descida do risco de pobreza monetária quando considerado o limiar de pobreza regional.

Gráfico 12: Coeficiente de Gini em 2019 e 2020. INE (2021)

Gráfico 13: S80/S20 em 2019 e 2020. INE (2021)

[10] Cálculos próprios com base no Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (€) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE, Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local

[11] INE. 2021. "O risco de pobreza aumentou para 18.4% em 2020" . Destaque Informação à comunicação social de 17 de dezembro de 2021. Consultado em outubro de 2020 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=473574196&DESTAQUESmodo=2

A RAA também se destaca por uma importante redução das desigualdades de rendimento, quer quando analisado o coeficiente de Gini (passou de 34.5% segundo rendimentos de 2019 para 33% em 2020), quer através do indicador S80/S20 (passou de 6.1 para 5.6 nesse mesmo período). No entanto, esta região continua a apresentar dos níveis mais elevados de desigualdade do território nacional, sendo o segundo território com maior coeficiente de Gini e partilhando com o Centro e a AML o nível mais elevado de desigualdade entre a população mais rica e a mais pobre.

TRABALHADORES POBRES: A INSUSTENTÁVEL VULNERABILIDADE DOS TRABALHADORES

A população inserida no mercado de trabalho é, tipicamente, a menos vulnerável ao risco de pobreza ou exclusão social, ao risco de pobreza monetária, à intensidade laboral per capita muito reduzida e à privação material e social severa, sobretudo quando comparado com a população desempregada e outros inativos. O risco de pobreza monetário é 2.6 vezes superior entre os desempregados e é 1.7 vezes superior entre os outros inativos comparativamente com a população inserida no mercado de trabalho.

Apesar destes dados, **esta premissa não é verdadeira para todos as pessoas inseridas no mercado de trabalho**. **Os trabalhadores por conta própria, por exemplo, possuem um risco de pobreza** (31.4%) **superior ao dos inativos** (30.8%), fenómeno que já se verificava em 2019, não sendo como tal um impacto específico da crise pandémica, **mas que se intensificou consequência do contexto socioeconómico potenciado pela crise pandémica**. Mesmo considerando os trabalhadores por conta de outrem (TCO), o risco de pobreza desta população (8.8%) continua muito elevado face a média EU27 (6.8%). Segundo os dados do EU-SILC2021 Portugal é o 5º país da União Europeia (UE27) com maior risco de pobreza entre os TCO e o 3º entre os trabalhadores por conta própria.

Em Portugal, a pandemia teve um impacto importante na população que permaneceu inserida no mercado de trabalho ao longo de 2020. O risco de pobreza aumentou 24% face ao ano anterior junto dos TCO e 5% entre os trabalhadores por conta própria. Mas tal impacto não deve ser percebido como uma inevitabilidade. Na UE27 o risco de pobreza monetária manteve-se inalterado para os TCO entre 2019 e 2020[12], sendo que 15 países assistiram a uma redução da pobreza monetária neste grupo. Portugal foi, na realidade, o Estado-membro com maior variação anual do risco de pobreza entre TCO. No caso dos trabalhadores por conta própria, Portugal teve um aumento de 5% da taxa

[12] Dados do Eurostat referentes aos inquéritos de 2020 e 2021 (EU-SILC)

de risco de pobreza, existindo, no entanto, países com uma variação anual muito superior à verificada em Portugal. A Bulgária e o Chipre foram os países com maior aumento da percentagem desta população em risco de pobreza (48% e 42% respetivamente) ainda que em causa estejam taxas de pobreza (14.8% e 9.2%) também elas muito inferiores à registada em Portugal (31.4%).

Não obstante, o impacto da crise pandémica nesta população não se restringe ao aumento do risco de pobreza entre os trabalhadores. Em causa está também uma transição da situação de emprego entre muitos trabalhadores para desemprego ou outras situações de inatividade, colocando estas pessoas em situação de maior vulnerabilidade à pobreza monetária. No caso de Portugal, **5.5% da população em emprego em 2019 passou para situação de inatividade em 2020 e 3.1% passou para situação de desemprego.**[13] Já em 2021 esta transição para o desemprego (2.4%) e para a inatividade (4.1%) diminuiu, regressando a valores próximos ou inferiores aos registados em 2019.

Olhando especificamente para a população em trabalho **encontramos uma maior vulnerabilidade à pobreza monetária nos seguintes grupos**:

- **trabalhadores entre os 55 e os 64 anos** (13.9%). Esta taxa é 1.4 vezes superior ao risco de pobreza dos trabalhadores até aos 24 anos (9.7%).

- **trabalhadores que possuem no máximo o ensino básico completo** (18.3%), cujo risco de pobreza é 4 vezes superior aos trabalhadores com ensino superior (4.5%).

- **trabalhadores com crianças dependentes** (13.3%) comparativamente com os que vivem em agregados sem crianças dependentes (8.9%). Destaca-se em particular os trabalhadores em agregados monoparentais (19.5%).

- **trabalhadores com contrato de trabalho temporário** (12.6%) comparativamente com os trabalhadores com contrato de trabalho permanente (7.9%)
- **trabalhadores que não estiveram inseridos no mercado de trabalho durante todo o ano** (16.4%) comparativamente com os que trabalharam os 12 meses (11%).

- **trabalhadores a tempo parcial** (26%) comparativamente com trabalhadores a tempo inteiro (10.5%).

- **trabalhadores estrangeiros** (17.7%), em particular os trabalhadores extracomunitários (18.7%), apresentam risco de pobreza superior ao dos trabalhadores nacionais (11.1%).

[13] INE, Inquérito ao emprego

O perfil de vulnerabilidade da população inserida no mercado de trabalho assemelha-se ao perfil de vulnerabilidade da população em geral, e soma-se a este perfil a dimensão da precariedade no mercado de trabalho. A principal exceção ocorre na inserção no mercado de trabalho das mulheres. **As mulheres são mais vulneráveis ao risco de pobreza do que os homens, mas quando olhamos para a população em trabalho a situação é inversa. O risco de pobreza entre os homens inseridos no mercado de trabalho é de 12.1% e o das mulheres é de 10.3%.**

Isso não significa que as mulheres tenham uma melhor inserção laboral. Pelo contrário, existe efetivamente uma disparidade de género ao nível dos rendimentos do trabalho. Em 2020 a disparidade no ganho médio mensal entre sexo da população empregada por conta de outrem era de 8.6%[14]. **As mulheres recebem menos do que os homens e, por outro lado, estão mais vulneráveis ao desemprego.** Em 2020 a taxa de desemprego entre as mulheres foi de 7.2% comparativamente com 6.8% nos homens[15]. **A precariedade laboral também atinge mais as mulheres, existindo, por exemplo uma maior proporção de mulheres na população com contrato a termo** (7.6% mulheres vs. 7.2% dos homens). Outro exemplo é o subemprego da população empregada a tempo parcial no qual é considerada a população em trabalho a tempo parcial que gostaria e estaria disponível para trabalhar a tempo inteiro. **Cerca de 64% da população em subemprego da população empregada a tempo parcial é composta por mulheres**[16].

Como tal, estes dados espelham na realidade a importância de (pelo menos) dois elementos do agregado familiar estarem inseridos no mercado de trabalho. Com baixos salários, a existência de apenas um elemento com rendimentos do trabalho torna-se insuficiente para fugir ao risco de pobreza, o que é aliás visível através dos dados relativos ao risco de pobreza dos trabalhadores que vivem em agregados monoparentais (ou seja, um adulto com crianças dependentes), como visto anteriormente. Segundo os dados do INE de 2021 estima-se que cerca de 82% das famílias monoparentais sejam constituídas por mulheres[17].

---

[14] INE/MTSSS/GEP, Quadros de pessoal. Disparidade no ganho médio mensal (Entre sexos - %) da população empregada por conta de outrem por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual

[15] INE, Inquérito ao emprego (Séries - 2021). Taxa de desemprego (Série 2021 - %) por Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo

[16] INE, Inquérito ao emprego. Subemprego da população empregada a tempo parcial (Série 2011 - N.º) por Sexo; Anual

[17] INE, Inquérito ao emprego (Séries – 2021). Famílias clássicas monoparentais (Série 2021 - N.º) por Sexo

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM RISCO DE POBREZA

Em 2021, viviam em Portugal 2 312 mil pessoas em risco de pobreza ou exclusão social. Desta população, 1 893 mil pessoas tinham, em 2020, um rendimento mensal disponível por adulto equivalente inferior a 554,42€ e cerca de 775 mil pessoas um rendimento mensal inferior a 369.67€. Por outras palavras, cerca de 82% da população em risco de pobreza ou exclusão social estava em risco de pobreza e 41% da população em risco de pobreza monetária estava em vulnerabilidade extrema (limiar de 40% do rendimento mediano). Note-se ainda a existência de 776 mil pessoas que viviam acima do limiar de pobreza, mas com uma proximidade perigosa a este risco, nomeadamente com um rendimento disponível inferior a 646.83€ mensais por adulto equivalente. Olhar para este limiar de 70% do rendimento mediano disponível é particularmente importante no atual contexto de aumento dos custos de vida onde a vulnerabilidade económica atinge, cada vez mais, uma população acima do limiar de pobreza. Saber que mais de ¼ da população estava em risco de pobreza monetária no inquérito de 2021 quando considerado o limiar de risco de pobreza de 70% do rendimento mediano alerta-nos para a fragilidade da população portuguesa perante o atual contexto.

Segundo o inquérito de 2021, a população em risco de pobreza (limiar de 60% do rendimento mediano) era maioritariamente composta por mulheres (55%). Desde que estes dados foram disponibilizados no inquérito de 2004 não encontramos uma maior feminização da pobreza em Portugal.

Ao nível dos grupos etários, encontramos um maior peso da população adulta entre os 18 e 64 anos, seguido da população com 65 anos ou mais e das crianças. A proporção de crianças diminui face ao inquérito anterior, no entanto tal não significa um menor número de crianças em risco de pobreza. Com o aumento da pobreza em Portugal, as crianças pobres totalizavam no inquérito de 2021 cerca de 346 mil pessoas, mais 16 mil crianças do que no inquérito anterior. **O maior aumento da população em risco de pobreza deu-se na população adulta jovem** (dos 18 aos 24 anos) **com um aumento de 34% desta população, assim como a população sénior dos 65 aos 74 anos** (+22%)

Destaca-se a população dos 18 aos 64 anos que corresponde a 57% da população em risco de pobreza. **Cerca de 1/3 da população pobre tinha entre 25 e 55 anos, seguido da população dos 55 aos 64 anos** (15%) **e com 74 anos ou mais** (14%).

Gráfico 14: População abaixo do limiar de pobreza por grupo etário, EU-SILC 2020 e 2021; Eurostat, EU-SILC

Entre a população pobre dos 18 aos 64 anos, 47.5% estava inserida no mercado de trabalho, sendo que 1/3 da população pobre em idade ativa era composta por TCO. Entre os que estavam fora do mercado de trabalho (52.5%), destacam-se as outras situações de inatividade (que não desempregados e reformados) e as situações de desemprego.

Com a crise pandémica tivemos um aumento da população em risco de pobreza inserida no mercado de trabalho, nomeadamente dos TCO, assim como o aumento dos desempregados. Outro impacto na caracterização da população trabalhadora pobre foi o aumento da população a trabalhar a tempo inteiro. **Se no inquérito de 2020 já tínhamos 88.5% da população pobre com 18 ou mais anos a trabalhar a tempo inteiro, em 2021 esta proporção é de 90.2%.**

Em Portugal encontramos na população em situação de pobreza uma maior proporção de pessoas a residirem em agregados sem crianças dependentes (aproximadamente 65%) comparativamente com a população em agregados com crianças dependentes (aproximadamente 34%). Este peso importante das famílias sem crianças dependentes, espelha na realidade a estrutura familiar existente na população residente em portugal, não existindo aqui uma diferença significativa entre a população acima e abaixo do limiar de pobreza. Não obstante, há diferenças importantes quando é feita uma análise mais fina das tipologias de agregados domésticos.

Na população abaixo do limiar que vive em famílias sem crianças dependentes verificamos um peso importante das famílias unipessoais (aproximadamente 32%), enquanto na população acima do limiar de pobreza destacam-se as famílias compostas

por dois adultos (cerca de 30%). Este peso dos adultos isolados na população em risco de pobreza está acima de tudo associado à pobreza entre os idosos, estando sobrerepresentada a população com 65 anos ou mais (cerca de 22%) e as mulheres (cerca de 24%). Na população acima do risco de pobreza estas proporções descem para cerca de 13% e 14%, respectivamente. Há aqui igualmente o impacto do aumento da pobreza entre a população mais velha.

Gráfico 15: População abaixo do limiar de pobreza por condição perante o trabalho, EU-SILC 2020 e 2021; Eurostat, EU-SILC

Também no caso dos agregados com crianças dependentes é visível a sobrerepresentação das familia monoparentais, das familias numerosas e das famílias com três ou mais crianças dependentes. Assim, por exemplo, cerca de 9% das pessoas em risco de pobreza vivem em famílias compostas por apenas um adulto com crianças dependentes, proporção que desce para 5% quando olhamos para as famílias acima do limiar do risco de pobreza.

De facto, olhando especificamente para as pessoas em risco de pobreza que vivem em agregados com crianças dependentes, a maior parte reside em agregados monoparentais (9%), agregados compostos por dois adultos e apenas uma criança dependente (8%) ou por três ou mais adultos com crianças dependentes (8%). As pessoas

a viverem em famílias compostas por dois adultos e três ou mais crianças dependentes correspondem apenas a 4% das pessoas abaixo do limiar de pobreza.

Por fim, quando olhamos para a distribuição geográfica tendo em conta o grau de urbanização dos territórios, verificamos que apesar do risco de pobreza ser superior junto da população que reside em zonas rurais e inferior nos grandes aglomerados urbanos, **é nas áreas densamente povoadas que reside a maior parte da população em risco de pobreza** (40%). Segundo o inquérito de 2021, residiam 752 mil pessoas abaixo do limiar de pobreza nas áreas densamente povoadas, mais 133 mil pessoas do que no inquérito anterior. A segunda área geográfica com maior número de pessoas em risco de pobreza são as áreas pouco povoadas onde residem 647 mil pessoas nesta situação de vulnerabilidade económica. Foi nas áreas medianamente povoadas que se registou uma redução da taxa de risco de pobreza e do número de pessoas abaixo de limiar de pobreza a residir nesses territórios, num contexto de forte aumento da pobreza em Portugal.

Se olharmos para o emprego, por exemplo, verificamos que é de facto nas áreas medianamente urbanas que encontramos a maior taxa de emprego (56.1% em 2020) e, apesar de uma redução face à 2019 (-2.6%), o impacto da pandemia no emprego parece ter sido inferior ao registado nas áreas predominantemente urbanas onde a taxa de emprego baixou 3%, passando para 54.3%. Nas áreas predominantemente rurais, apesar de não se verificar uma redução da taxa de emprego, verifica-se uma menor proporção da população ativa em emprego (49.6%), uma população mais envelhecida e um menor rendimento disponível por adulto equivalente. Metade da população residente nas zonas rurais auferiam mensalmente menos de 780.92€, menos 136€ do que nas vilas e subúrbios e menos 229€ do que nas cidades.

Gráfico 16: Distribuição da população em risco de pobreza por grau de urbanização do território, EU-SILC 2021; Eurostat, EU-SILC.

PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL EM 2021: ALERTAS SOBRE A EVOLUÇÃO DA VULNERABILIDADE EM 2022

Em 2021 cerca de 6% da população residente em Portugal estava em privação material e social severa. No entanto, quando consideramos a privação material e social, ou seja, uma ausência de 5 no total de 13 itens devido a insuficiência económica, a proporção sobe para mais do dobro face a população que vive esta privação de forma severa (carência de 7 em 13 itens). Cerca de **13.5% da população estava em privação material e social, colocando Portugal no 7º lugar entre os países da União Europeia com pior prestação neste indicador**. Em 2019, antes da pandemia, Portugal posicionava-se em 11ª posição no ranking dos países com maior privação material e social.

O perfil de vulnerabilidade da privação material e social assemelha-se aos restantes indicadores do EU-SILC: as mulheres (14.6%), idosos (17.6%), famílias monoparentais (20.5%) e adultos isolados (19.6%), nomeadamente idosos (21.8%) e mulheres (22.6%); desempregados (33%) e outros inativos (18.8%) são grupos que se voltam a destacar. De igual forma, também a população com baixos níveis de escolaridade, nomeadamente com o ensino básico ou inferior (21.4%), os estrangeiros extracomunitários (22.9%) e os arrendatários com renda a preço reduzido (33.3%) e renda a preço de mercado (27.1%)

são grupos que se evidenciam. Não obstante, existem algumas diferenças que importa registar.

Ao nível territorial, por exemplo, a privação material e social é maior entre a população que reside nas áreas medianamente povoadas (14.7%) comparativamente com as áreas pouco povoadas (14.3%) ou densamente povoadas (12.4%).

Neste perfil de vulnerabilidade é importante sublinhar a privação vivenciada pela população dos 65 anos ou mais, que se reflete na privação material e social dos reformados (17.3%), dos idosos isolados e dos casais em que pelo menos um dos elementos tem 65 anos ou mais (17.5%), a terceira tipologia de agregado doméstico com maior taxa de privação material e social. **São nas populações entre 65 e 74 anos e entre 50 e 64 anos que a privação assume proporções mais elevadas (18.4% e 16.5% respetivamente) e distancia-se dos restantes grupos etários. O terceiro grupo etário com maior taxa de privação são os jovens dos 18 aos 24 onde esta taxa é de 12.9%.**

Mas, mais do que o perfil de vulnerabilidade da privação material e social e a análise detalhada dos itens de privação, importa analisar estes dados de 2021 tendo como base o atual contexto de escalada de preços vivenciado em 2022.

No segundo trimestre de 2022 a população empregada por conta de outrem tinha um rendimento médio mensal líquido de 1 039€[18], tendo existido um aumento de 3.6% face ao período homólogo de 2021. O salário mínimo nacional, por sua vez, aumentou 6% face a 2021. Com este aumento um trabalhador por conta de outrem passou a auferir uma retribuição mínima mensal de 705€, quando o valor mediano das rendas de novos contratos de arrendamento foi de 6.55€ por m^2, ou seja, por um apartamento com $100m^2$ o valor mediano da renda era de 655€[19]. **O salário mínimo aumentou 6%, mas as rendas dos novos contratos de arrendamento aumentaram 8.6%. Este dado é ainda mais preocupante quando sabemos que em abril de 2019 mais de ¼ dos TCO auferiam o salário mínimo nacional[20].** Com um aumento do salário mínimo superior ao rendimento mediano dos trabalhadores perspetiva-se uma tendência de aumento da população abrangida pela retribuição mínima mensal garantida.

Tendo em conta a vulnerabilidade da população idosa à privação material e social e ao risco de pobreza ou exclusão social, importa referir que esta população teve uma atualização das reformas de 1% para as pensões com valor igual ou inferior à 886.40€; de 0.49% para as pensões entre 886.40€ e 2 659.20€ e de 0.24% nas pensões com montante superior a 2 659.02€[21]. Em 2022 foi também aprovada uma atualização extraordinária de 10€ para pensões com montante global igual ou inferior a 1 108€. O IAS – Indexante dos Apoios Sociais – que serve de referência para o cálculo de diferentes apoios e prestações sociais teve também um aumento de 1% em 2022, sendo este o aumento verificado nas prestações sociais.

[18] INE, inquérito ao emprego
[19] INE, Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local
[20] GEP/MTSSS, Boletim Estatístico: Setembro 2022
[21] Portaria nº 31/2021, de 15 de dezembro. https://data.dre.pt/eli/port/301/2021/12/15/p/dre/pt/html

Para além de um aumento insuficiente dos rendimentos do trabalho e das pensões face ao aumento do custo de vida em 2022, que iremos aprofundar de seguida, importa não esquecer a expressiva insuficiência das prestações mínimas. A pensão mínima do regime geral com carreira contributiva (inferior a 15 anos), por exemplo, foi fixada em 278.05€, em 2022, valor ligeiramente superior às pensões de velhice do regime não contributivo que foi fixado em 213.91€. Mesmo considerado o valor anual (14 meses), o valor da pensão social corresponde a apenas 45% do limiar de risco de pobreza. Mas se no caso das pensões de velhice o Complemento Solidário para Idosos (CSI) permite complementar o rendimento familiar (caso cumpram os critérios de acesso), tal não ocorre em outras prestações. No caso do Rendimento Social de Inserção (RSI), uma medida emblemática na área da proteção social, o valor máximo por titular é de 189.66€. Considerando um agregado composto por apenas um adulto, **esta prestação corresponde apenas a 34% do limiar de pobreza segundo rendimentos de 2020.**

Se o aumento do custo da habitação foi uma grande fonte de preocupação ao longo dos últimos anos, a guerra na Ucrânia e o aumento do preço da energia trouxeram novos constrangimentos para o orçamento familiar. Os dados do INE sobre **o Índice de preços no consumidor, indica-nos que entre agosto de 2021 e o período homólogo de 2022 os preços no consumidor aumentaram 9%.** A maior variação ocorreu ao nível dos preços dos restaurantes e hotéis (+16%), seguido dos preços da habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis (+ 15%) e dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas (+15%). Os transportes, outra área essencial para a vida quotidiana da população, tiveram um aumento de 10% face ao período homólogo de 2021.

Gráfico 18: Índice de preço no consumidor entre agosto de 2021 e agosto de 2022. INE, índice de preço no consumidor

No entanto, olhando para os dados da privação material e social percebemos que em 2021, sem contabilizar estes aumentos, **11.3% da população já vivenciava muita dificuldade em gerir o seu orçamento familiar até ao fim do mês[22], 9.6% chegava ao fim do mês com dificuldade e 35% com alguma dificuldade**. Menos da metade da população (cerca de 44%) afirmava não ter dificuldade em gerir o orçamento familiar até ao fim do mês.

Existia também já uma importante proporção da população sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada de cerca de 540€ sem recorrer a empréstimo (31.1%). Esta ausência de uma almofada financeira por parte de mais de 30% da população portuguesa em 2021 é extremamente preocupante perante o contexto de aumento do custo de vida. Por outro lado, 6.9% da população tinha atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal, tendo neste último caso um aumento de 28% face a 2020. O endividamento dos particulares, segundo dados do Banco de Portugal, passou de 66.71% do PIB no 2º trimestre de 2019 para 70.6% no

[22] Ou seja os recursos financeiros do agregado familiar não cobriam as suas despesas necessárias habituais

período homólogo de 2021. Os dados até ao segundo trimestre de 2022 indicam uma tendência de redução do endividamento dos particulares, mas os valores continuam superiores ao verificado antes da pandemia (67.58% no 2º trimestre de 2022).

Preocupante são também os atrasos relacionados especificamente com habitação, hipoteca ou renda. **Em 2021, segundo dos dados do EU-SILC, 2.5% estava nessa situação, sendo esta situação de vulnerabilidade superior nas famílias com crianças dependentes (3.6%).** Os resultados de 2021 estão ainda distantes dos verificados durante a anterior crise económica financeira quando, em 2014, 5.8% da população em Portugal possuía atrasos no pagamento de rendas e créditos da habitação. No entanto, será claramente importante prevenir um impacto do aumento do custo de vida no aumento de despejos.

No atual contexto de aumento dos preços associados à energia e de guerra "fria" que se vai gerando na Europa entorno da proximidade do inverno e de uma potencial dificuldade em garantir o abastecimento necessário de energia para aquecimento da população, importa reter que, em 2021, **16.4% da população em Portugal não tinha capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida. São os idosos isolados (28,4%) e as mulheres a viverem sozinhas (27.5%) os que apresentam maior proporção de pessoas com esta incapacidade.**

A fome, nomeadamente a incapacidade de ter uma refeição de carne/ peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de dois em dois dias **atingia em 2021 2.4% da população em Portugal e 5.9% da população em risco de pobreza.** Novamente, é entre a população com 65 anos ou mais a viver sozinha e as mulheres isoladas onde esta situação extrema de pobreza atingia maior proporção de pessoas. **Em 2021, 5.9% dos idosos isolados e 5.5% das mulheres sozinhas vivenciavam a fome. O aumento do preço dos produtos alimentares que tem vindo a ocorrer em 2022 aponta-nos para um agravamento desta situação.**

A situação dos idosos, em particular dos idosos isolados, deve ser alvo de uma maior atenção por parte da sociedade portuguesa. São os idosos isolados os que apresentam maior proporção de privação ao nível da capacidade de manter a casa adequadamente aquecida, de se alimentar apropriadamente com uma refeição de carne ou peixe de dois em dois dias, tal como já vimos, mas também a impossibilidade de ter uma semana de férias fora de casa (52.1%). Se olharmos não para tipologia de agregados domésticos, mas para grupos etários, verificamos que **é também a população com 65 anos ou mais a que apresenta maior dificuldade em poder gastar semanalmente uma pequena quantia de dinheiro consigo próprio (14.6%), encontrar com amigos/familiares para uma bebida/refeição pelo menos uma vez por mês (20.3%) ou ter acesso à internet para uso pessoal em casa (7.1%).**

Os agregados com crianças dependentes, por outro lado, apresentam taxas mais elevadas de privação quando em causa estão as dívidas ou a dificuldade em garantir que o orçamento familiar seja suficiente para as todas as despesas necessárias do mês**. É ao nível das pessoas que vivem em agregados de dois adultos com três ou mais**

crianças dependentes que encontramos maior proporção de pessoas com atrasos no pagamento das rendas e hipotecas (6.7%) e no pagamento de serviços de utilidade pública tais como água, gás e eletricidade (13.5%).

Todos estes dados, aos quais se juntam o aumento do risco de pobreza monetária e de intensidade laboral muito reduzida, são sinais de alerta sobre o atual contexto de pobreza e exclusão social vivenciado em território nacional. Os dados do Eurobarómetro Especial do Parlamento Europeu – Primavera 2022[23] apresentam uma primeira imagem das consequências da guerra na Ucrânia que estão a ser sentidas e a perspetiva sobre a sua evolução. Tendo por base o inquérito que ocorreu em Portugal entre 20 de abril e 15 de maio deste ano, **74% dos Portugueses afirmaram não estar preparados para uma subida dos preços da energia ou para uma subida dos preços dos alimentos como consequência da invasão russa da Ucrânia**. Este valor desce para 58% e 59%, respetivamente, para a média da UE. Por outro lado, para 57% dos portugueses as consequências da guerra na Ucrânia já tinham reduzido o nível de vida e previam que isso continuaria a ocorrer ao longo do próximo ano, e para 91% a guerra afetou ou afetará os níveis de vida. **Se olharmos para uma caracterização sociodemográfica desses dados percebemos que, em Portugal, 100% das domésticas/domésticos afirmam que a guerra afetou ou afetará os níveis de vida e esta proporção desce apenas 2 pontos percentuais (p.p.) quando em causa estão os trabalhadores por conta própria.**

NOTAS FINAIS

Os dados do ICOR / EU-SILC de 2021 refletem de forma inequívoca o impacto da pandemia nas condições de vida e rendimento da população em Portugal. Aos dados apresentados ao longo deste relatório podemos acrescentar vários outros dados que nos apontam para o agravamento das condições de vida. Sublinhamos aqui, por exemplo, alguns dados da saúde mental. O estudo Saúde Mental em Tempos de Pandemia (SM-COVID19), coordenado pelo Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças Não Transmissíveis do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, em colaboração com o Instituto de Saúde Ambiental da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e com a Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental conclui que cerca de **25% dos participantes do estudo apresentam sintomas moderados a graves de ansiedade, depressão e stress pós-traumático. Os mais vulneráveis a estes sintomas são os profissionais que estiveram na primeira linha do combate à pandemia, no entanto a situação dos que têm rendimentos mais**

[23] European Parliament Eurobarometer, Spring 2022/EB97.3. Rallying around the European flag - Democracy as anchor point in times of crisis - Country Factsheets Portugal - pt. European Parliament, Spring 2022. Consultado em setembro de 2022 em https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/2792

baixos é igualmente relevante. Segundo este estudo, 29% dos que têm rendimento mais baixo e 39% dos desempregados apresentam sintomas de depressão moderada a grave[24].

Este cenário é ainda mais preocupante quando o fim da pandemia em 2022 é acompanhado em uma escalada dos preços das energias e por uma guerra em território europeu sem que seja previsível o seu fim. **O aumento do custo de vida em Portugal é visível, tal como é inegável que o aumento dos rendimentos mais baixos que ocorreu no início de 2022** – tais como, o aumento do salário mínimo nacional e das prestações sociais mais baixas- **foi insuficiente para acomodar o aumento do custo de vida.**

Ao olharmos os dados do inquérito de 2021 sobre a pobreza monetária e sobre a privação material e social não nos devemos alienar do contexto socioeconómico atual**. Estes dados não só servem de barómetro para a as condições de vida em pós pandemia, como já nos alertam para o risco associado à degradação das condições de vida em 2022 para as famílias portuguesas.** O Eurobarómetro Especial Primavera 2022 já nos apresentam, aliás, alguns dados sobre esse impacto. Tal como vimos, **mais da metade da população portuguesa já sentiu a redução do seu nível de vida e prevê que esta redução irá continua ao longo o próximo ano.** Apenas a Bulgária apresenta uma maior proporção da população a afirmar que já sente esta consequência da guerra (62%) e o Chipre apresenta uma proporção semelhante à de Portugal (57%).

Após ter registado o segundo maior aumento da pobreza ou exclusão social do território da União Europeia, e estando já vivenciar uma das maiores proporções da população a sentir as consequências da guerra no seu nível de vida, não é de estranhar que Portugal apresente uma elevada proporção de pessoas (45%) a referirem que "manter os preços e o custo de vida deve ser uma prioridade, mesmo que isso afete a defesa dos nossos valores europeus comuns" . **Mais do que nunca, o aumento da pobreza e da exclusão social e a degradação das condições de vida são ameaças reais aos valores europeus e à democracia.**

[24] Ministério da Saúde. 2021. *Instituto Nacional de Saúde*. "Estudo Saúde Mental em Tempos de Pandemia (SM-Covid19): principais resultados" . Consultado em outubro de 2022 em https://www.insa.min-saude.pt/estudo-saude-mental-em-tempos-de-pandemia-sm-covid19-principais-resultados/

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Diário de notícias. "PSP sinalizou 1244 idosos na operação "Solidariedade não tem idade/2021" de 01/10/2021. Consultado em outubro de 2022 em https://www.dn.pt/sociedade/psp-sinalizou-1244-idosos-na-operacao-solidariedade-nao-tem-idade2021-14179470.html

European Parliament Eurobarometer, Spring 2022/EB97.3. Rallying around the European flag - Democracy as anchor point in times of crisis - Country Factsheets Portugal - pt. European Parliament, Spring 2022. Disponível em https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/2792

Gabinete de Estratégia e Planeamento. 2022. Boletim Estatístico: setembro 2022. MTSS: Lisboa. Disponível em: http://www.gep.mtsss.gov.pt/documents/10182/10925/beset2022_2.pdf/421f9f90-5d86-459d-bab8-b8537d4d907e

INE. 2021. "O risco de pobreza aumentou para 18.4% em 2020" . Destaque Informação à comunicação social de 17 de dezembro de 2021. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=473574196&DESTAQUESmodo=2

Ministério da Saúde. 2021. Instituto Nacional de Saúde. "Estudo Saúde Mental em Tempos de Pandemia (SM-Covid19): principais resultados" . Disponível em https://www.insa.min-saude.pt/estudo-saude-mental-em-tempos-de-pandemia-sm-covid19-principais-resultados/

Portaria nº 31/2021, de 15 de dezembro. Diário da República Nº 241 –Série 1. Lisboa: Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Disponível em https://data.dre.pt/eli/port/301/2021/12/15/p/dre/pt/html

BASE DE DADOS CONSULTADAS

INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE&xlang=pt

INE, Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE&xlang=pt

INE, Inquérito ao emprego (Séries - 2021). Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE&xlang=pt

INE/MTSSS/GEP, Quadros de pessoal. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE&xlang=pt

INE, Índice de preços no consumidor. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE&xlang=pt

Eurostat. EU-Statistics on Income and Living Conditions (EU-SILC). Disponível em https://ec.europa.eu/eurostat/web/income-and-living-conditions/overview